

C 8
12/4/98 8
764

MESMO NO GOVERNO SARNEY, MILITARES QUERIAM EXPULSAR BISPOS QUE DEFENDIAM OS ÍNDIOS

A IGREJA INVESTIGADA

Ronaldo Brasiliense
Da equipe do Correio

Dois anos depois do fim da ditadura militar que governou o Brasil de março de 1964 a março de 1985 — já no governo José Sarney —, os militares continuaram dando as cartas na área de inteligência, investigando setores da sociedade civil. Um dos alvos da bisbilhotice militar era a atuação da ala progressista da Igreja Católica, que atuava principalmente na área rural, por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), e na área indígena, com o Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

Em 15 de dezembro de 1986, os militares chegaram a sugerir que bispos expressivos como o austríaco Erwin Krautler, de Altamira, no Pará, e o italiano Aldo Mongiano, de Boa Vista, em Roraima, fossem enquadrados na Lei dos Estrangeiros e sumariamente expulsos do Brasil por ingerência em assuntos internos do país.

O estudo nº 29/3 -SC/86, do Conselho de Segurança Nacional (CSN), ao qual o Correio Braziliense teve acesso, mostra como os militares no governo Sarney investigaram a atuação do Cimi — apontado, já àquela altura, como órgão da Igreja que se caracterizava por uma atuação conflitante com a Fundação Nacional do Índio (Funai), como ocorre até hoje.

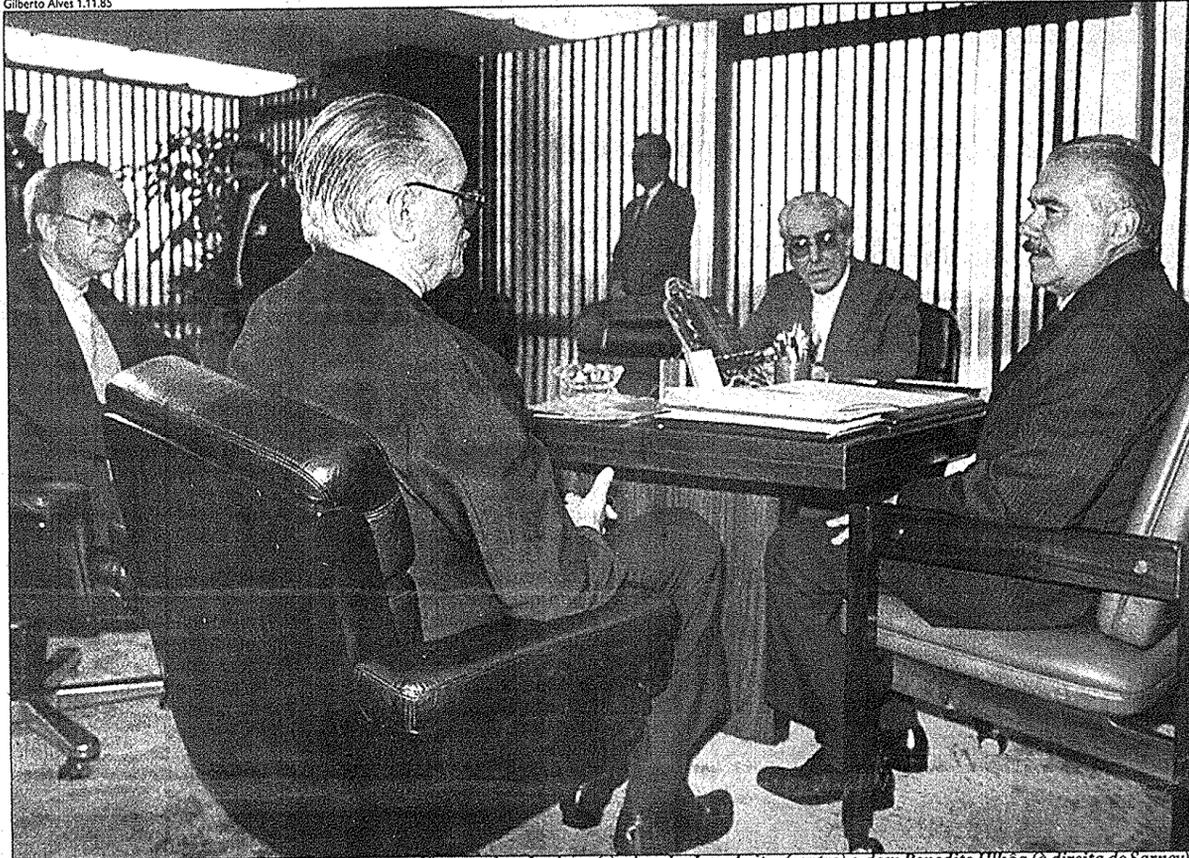
“Bispos integrantes do Cimi têm feito declarações por meio da imprensa, chegando ao ponto de, numa crítica mais contundente, acusarem o governo de desenvolver um projeto (Calha Norte) que ‘revela um caráter autoritário, imperialista e paranóico’ e que representa o golpe final em direção ao extermínio dos povos indígenas do norte do Brasil”, acusam os militares do CSN no texto do relatório confidencial.

“Não há possibilidade de diálogo com os bispos ‘progressistas’ que, sistematicamente, extrapolam sua missão pastoral e se imiscuem nos negócios do Estado, passando, inclusive, a fazer ataques desabridos às autoridades governamentais”, atacam os militares. Eles propuseram a adoção de atitudes “firmes e legítimas” por parte do governo, tais como a instauração de processos e de ação penal contra os religiosos estrangeiros.

Também queriam punição contra os padres que supostamente vinham cometendo delitos de toda ordem, como “incitação dos lavradores à invasão de terras, insuflação dos trabalhadores a greves e à resistência passiva ou movimentos de rebeldia declarada, com ofensas às autoridades constituídas”.

Segundo a análise militar, o Cimi promovia à época intenso trabalho de formação de lideranças, induzindo “as comunidades silvícolas a exigirem soluções imediatas, utilizando formas diversas de pressão, desde a interdição de estradas até o seqüestro de pessoas”. “Observa-se a influência do Cimi

Gilberto Alves 1.11.85



José Sarney, que era o presidente em 1986, em reunião com dom Luciano (e), dom Ivo Lorscheiter (centro) e dom Benedito Ullhoa (à direita de Sarney)

na significativa expansão das áreas indígenas, particularmente na Amazônia, onde se evidenciam interesses alienígenas”, aponta o estudo do CSN.

Os militares resgataram o documento do Cimi chamado “I-Juca-Pirama, o índio: aquele que deve morrer”, editado para se contrapor à Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973 (Estatuto do Índio).

“Nada faremos em colaboração com aqueles que visam atrair, pacificar e acalmar os índios para favorecerem o avanço dos latifundiários e dos exploradores de minério ou outras riquezas. Chegou o momento de anunciar, na esperança, que aquele que deveria morrer é aquele que deve viver”, dizia o texto do Cimi. Essa foi, segundo o CSN, a primeira manifestação pública de oposição à política indigenista oficial.

LISTA

Entre os religiosos de alta hierarquia da Igreja Católica no Brasil apontados pelos militares como atuantes na causa indígena, destacam-se praticamente todos os bispos com atuação na Amazônia, além de membros da cúpula da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), como dom Ivo Lorscheiter e dom Luciano Mendes de Almeida (respectivamente presidente e secretário-geral, à época) além de dom Tomás Balduino, bispo de Goiás, atual presidente da CPT.

“Os bispos da Amazônia chega-



Dom Tomás Balduino foi um dos bispos investigados pelos militares

ram ao ponto de se reunirem para uma avaliação aprofundada e coletiva do Projeto Calha Norte e de suas implicações para os 50 mil dos 220 mil índios brasileiros que serão diretamente afetados pela ocupação militar e pelos projetos desenvolvimentistas na fronteira norte do país”, critica o documento do CSN, que cita nominalmente dom Moacir Grecchi — por sua proposta de a Igreja enviar relatórios denunciando o Calha Norte a organismos internacionais “sensíveis à questão indígena” — e dom Erwin Krautler, que chamou o projeto militar de “imperialista e paranóico”. “Talvez essas definições caibam a quem defende a idéia da existência de uma sociedade paralela à sociedade

nacional”, deduzem os militares.

No documento, o CSN deixa claro: “Estas manifestações da Igreja caracterizam uma ingerência nos negócios do Estado e o desrespeito às autoridades constituídas, uma vez que o Calha Norte é um projeto de governo, desenvolvido de acordo com a Política de Desenvolvimento da Amazônia”.

“A crescente atuação desses grupos de pressão externos e internos tem forte coincidência com a lenta e velada preparação de movimentos indígenas separatistas. Esses movimentos incutem sentimentos de identidade racial e cultural diferentes dos valores da sociedade brasileira”, criticam os militares do CSN.

Para eles, a legislação possibilita a formação de “enclaves indígenas interditados à sociedade nacional” e a elevação, em níveis “inaceitáveis”, do risco de perda do território nacional. “O referido processo deve ser modificado para diminuir a vulnerabilidade aos grupos contestadores e evitar que, no caso da Amazônia, se condene a região à estagnação para se atender a alguns dirigentes do Cimi, que defendem posições coincidentes com as de certas entidades estrangeiras”.

INTEGRAÇÃO

Na conclusão, o estudo do CSN prega que, para que “não haja risco de esfacelamento do território, há a necessidade de o governo sustar as ações do Cimi para poder cumprir a verdadeira política indigenista de integrar os silvícolas, progressivamente e harmoniosamente, à comunidade nacional”.

Enquanto tinha sua ação investigada pelo Conselho de Segurança Nacional (CSN), a Igreja Católica procurava o diálogo. Por iniciativa do então secretário-geral da CNBB, a questão indígena entrou na pauta do governo em reunião realizada dia 27 de novembro de 1986 no gabinete do então ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto.

Durante duas horas e 20 minutos, governo e Igreja ficaram frente a frente e colocaram na mesa suas divergências quanto ao encaminhamento da Política Indigenista no Brasil. Mas nada foi resolvido.

“Não se vive sem informação”

João Pitella Jr. e
Ronaldo Brasiliense
Da equipe do Correio

Além de reconhecer a existência de relatórios dos militares sobre as atividades da Igreja, o deputado Jair Bolsonaro (capitão reformado do Exército) defende arduamente esse tipo de trabalho. “É hipocrisia achar que um governo pode deixar de ter informações sobre o que acontece no país. Até um pai de família pergunta ao porteiro do prédio, por exemplo, o que os filhos fazem enquanto ele está fora”, compara. “Não se vive sem informação”, completa o deputado do PPB do Rio de Janeiro.

O ex-senador Jarbas Passarinho (coronel reformado do Exército) — um dos ministros mais influentes dos governos militares — lembra que realmente havia uma preocupação, na época, com a ação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Os militares responsabilizavam o Cimi pela disseminação, no exterior, de boatos de que o Brasil estaria praticando genocídio contra os índios. “Isso era muito ruim para a imagem do país, o que pode ter levado os órgãos de inteligência a considerarem a atuação do Cimi uma ameaça à segurança nacional”, conta.

Quando era ministro da Justiça do governo Collor, Passarinho assinou a criação da reserva Ianomami, com 9,4 milhões de hectares na Amazônia, na fronteira com a Venezuela. Por isso, acabou sendo criticado pelos militares mais nacionalistas, que temiam a perda do controle sobre essa fronteira.

Bolsonaro chama de “imbécilidades” as críticas aos relatórios dos militares. E aproveita para justificar a utilidade do Calha Norte. O projeto, segundo ele, tinha o objetivo de “integrar o Norte ao Sul do País” e só poderia ser conduzido por quem “obedece ordens”, ou seja, pelos militares. “Mas a Igreja e as Organizações Não Governamentais (ONGs) pegaram dinheiro de fora para impedir o desenvolvimento da região Norte. O jeito que eles encontraram para fazer isso foi transformar aquelas áreas em terras indígenas. Os índios, nesse caso, foram apenas massa de manobra”, avalia.

REVANCHISMO

O parlamentar adverte que o “revanchismo da esquerda” vem revoltando os militares. “Eles estão quietos, mas isso não significa que não vão fazer nada a respeito. Se um inimigo ameaça me matar, eu não me preocupo. Quando o meu inimigo não está se mexendo é que eu tenho motivos para ficar atento”, avisa.

Bolsonaro não esconde sua opinião sobre os índios. “Pena que a cavalaria brasileira não tenha sido tão eficiente quanto a americana, que exterminou os índios”, lamenta.

Homem de confiança do ex-presidente Tancredo Neves, Ronaldo Costa Couto — hoje conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal — se lembra muito bem da briga entre os militares nacionalistas e os setores progressistas da Igreja Católica. Em dezembro de 1986, Costa Couto era ministro do Interior do governo José Sarney e em sua pasta estava a Fundação Nacional do Índio (Funai).

Além de os militares brigarem pela implantação do Projeto Calha Norte, havia muitos interesses por trás das áreas indígenas. Garimpeiros e madeireiros invadiam as reservas em praticamente todos os estados da Amazônia.

“Eu ficava no meio do fogo. Era uma espécie de pára-choque entre os interesses dos militares e os da Igreja”, lembra Costa Couto, ressaltando que o seu compromisso sempre foi com a causa indígena.

Um estranho acidente

Dom Erwin Krautler nunca negou que é um bispo progressista. À frente da Prelazia do Xingu, no Pará, a maior do Brasil — com 335 mil quilômetros quadrados — ele chegou a ser espancado por soldados da Polícia Militar ao ajudar canavieiros a obstruir a rodovia Transamazônica em 1984 e presidiu, de 1983 a 1991, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), uma pedra no caminho da política indigenista do governo.

De Altamira, na Transamazônica, onde mora, dom Erwin Krautler se diverte ao saber que os militares do Conselho de Segurança Nacional (CSN) tentavam enquadrá-lo na Lei dos Estrangeiros, para expulsá-lo do Brasil, por se in-

trometer em assuntos internos do país.

“Acho que os militares não sabem que me naturalizei brasileiro em 1978. Tenho passaporte e título de eleitor”, conta o bispo, que nasceu na Áustria. Até hoje, ele estranha um acidente de carro — ainda não esclarecido — que sofreu na época em que combatia o Calha Norte.

Outro personagem da Igreja Católica citado no documento do CSN também não nega que bateu firme na decisão militar de tocar o Calha Norte. “Faria tudo outra vez, porque o projeto era prejudicial aos índios”, garante dom Moacir Grecchi, bispo de Rio Branco, no Acre. (R.B.)

MEMÓRIA

CALHA NORTE PERDEU FORÇA COM ITAMAR

Idealizado pelo general Rubem Bayma Denys, ministro-chefe do Gabinete Militar no governo José Sarney, em 1985, o Projeto Calha Norte — a militarização da fronteira norte do Brasil, com a construção de pistas de pouso e a implantação de pelotões especiais do Exército — colocou os religiosos ligados ao Conselho Indigenista Missionário (Cimi) em pé de guerra.

O Calha Norte atingiria reservas indígenas no Alto Rio Negro, onde vivem milhares de índios das etnias tucano, baniwa e curipaco, além de índios ticuna, no Alto Solimões, e yanomamis em Roraima e no Amazonas. Apesar dos protestos do Cimi e de outras entidades ligadas à causa indígena, o Calha Norte recebeu vultosos recursos no governo Sarney.

Pistas de pouso e quartéis foram construídos em São Gabriel da Cachoeira, Iauaretê, Assunção do Içana, São Joaquim, Pari-Cachoeira, Querari e Maturacá, no Amazonas; e em Surucucus, em Roraima.

Uma estrada, cortando o parque nacional do Pico da Neblina, sem autorização do Ibama, foi construída pelo Exército ligando São Gabriel da Cachoeira e Maturacá, o que provocou ainda mais a ira de organizações não governamentais nacionais e estrangeiras.

O projeto teve continuidade no governo Collor — que inaugurou em Iauaretê, na fronteira com a Colômbia, uma pista de pouso com capacidade para receber aviões a jato — mas perdeu apoio tanto na gestão de Itamar Franco como na atual administração do presidente Fernando Henrique Cardoso. (R.B.)